



Nº 013 - Brasília, 4/out/07

Evolução dos debates no Fórum Nacional da Previdência Social

Após 11 reuniões do Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS) é possível fazer o seguinte balanço:

- Há uma forte barreira para a obtenção de consenso em torno de uma reforma previdenciária abrangente, que estabeleça um novo modelo previdenciário para os futuros trabalhadores e que adote mudanças progressivas (regras de transição) para os atuais trabalhadores no sentido de tornar mais equilibrado o sistema previdenciário.
- Os pontos de consenso alcançados poderão contribuir para a redução dos gastos assistenciais e melhoria do financiamento do sistema previdenciário. É pouco provável, no entanto, que haja resultados expressivos nas despesas previdenciárias, pois não alcançam variáveis relevantes como o diferencial entre gêneros, indexação dos benefícios e inexistência de idade mínima. Estes temas e as regras para pensões por morte ainda permanecem em discussão.

O Fórum tem examinado os seguintes temas:

1. Mercado de trabalho e Previdência Social
2. Benefícios por incapacidade
3. Regime de previdência dos servidores públicos
4. Transição demográfica
5. Pensões por morte
6. Regras diferentes entre homens e mulheres
7. Gestão do sistema previdenciário e seu financiamento
8. Coordenação entre previdência e assistência social
9. Previdência social na área rural

Entre os pontos relevantes para a obtenção da sustentabilidade do sistema previdenciário, é clara a inexistência de consenso sobre:

- Compatibilização de critérios de cálculo dos benefícios por incapacidade para evitar abusos e vantagens pecuniárias em relação aos salários da ativa e a outros benefícios programáveis.
- Instituição de idade mínima para aposentadorias por tempo de contribuição.
- Limitação do acúmulo de benefícios previdenciários, como aposentadoria e pensão.
- Diferenciação do valor e do tempo de duração das pensões de acordo com a situação do cônjuge e do número de filhos dependentes.



- Definição do financiamento da Previdência Social a partir dos recursos de contribuições sobre a folha de pagamento dos trabalhadores e dos empregadores, sendo apenas os elementos redistributivos do plano previdenciário financiados com tributos gerais da União.
- Diferenciação entre os pisos previdenciário e assistencial.
- Desvinculação dos pisos previdenciário e assistencial em relação ao salário mínimo.

Por outro lado, alguns consensos obtidos poderão ter impactos positivos no curto prazo, como:

- Mudança na legislação do seguro desemprego e da previdência para viabilizar formas de contribuição, ainda que diferida no tempo, quando da percepção daquele benefício.
- Reavaliação do conceito de família e composição de renda familiar aplicados na elegibilidade aos benefícios assistenciais, de modo a aperfeiçoar a focalização nas camadas mais pobres e a garantir a ampliação da cobertura e sua sustentabilidade.
- Alteração na lei do estágio para evitar sonegação de contribuições previdenciárias.

Em alguns temas, que no entender da CNI haveria necessidade de alterações no curto prazo, foi possível obter consenso no Fórum quanto a possíveis alterações apenas no médio ou longo prazos, como é o caso da:

- Reavaliação, no longo prazo, dos critérios de idade para acesso ao benefício da assistência social, em conformidade ao aumento da expectativa de vida.
- Busca de critérios de convergência para o acesso à aposentadoria entre homens e mulheres, em decorrência da maior proximidade na situação dos gêneros no mercado de trabalho.

Saiba mais:

Nos dias 29, 30 e 31 de outubro estão previstas as últimas reuniões do FNPS. A CNI fará um novo informe após o término das reuniões. Para mais informações, contatar Mário Sérgio Carraro, da Unidade de Política Econômica (PEC) da CNI, e-mail: mcarraro@cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria
Tel.: (61) 3317-9992/9993
www.cni.org.br

Setor Bancário Norte – Quadra 1
Bloco C - Edifício Roberto Simonsen
70.040-903 Brasília-DF